

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luis Fria
 DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
 SUPERINTENDENTES Carlos Fonce de Leon e Jádila Brito
 CONSELHO EDITORIAL Fernando Diamant, Helio Schwertman,
 Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Laiza Helena Trajano,
 Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pessio Arão, Ronaldo Lemos,
 Thiago Amparo, Luis Fria e Sérgio Dávila (secretário)
 DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Fatsu
 DIRETORIA EXECUTIVA Alexandre Bonacio (financeiro, planejamento
 e novos negócios), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais),
 João Cestari (tecnologia) e Marcelo Rêmez (comercial)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Déficit de reforma

Em crise, municípios sucumbem a pressões de servidores e negligenciam mudança previdenciária

Com enorme atraso, o Congresso aprovou em 2019 uma reforma previdenciária que, entre outras medidas, estabeleceu idades mínimas para as aposentadorias. Mais de quatro anos depois, é escaudando que a maior parte dos entes federativos ainda não tenha adotado as normas básicas para a viabilidade das finanças públicas. Segundo dados reunidos pelo governo federal, dos 2.146 municípios e estados que dispõem de regimes próprios de Previdência para seus servidores, somente 724, ou 34,1%, adotaram ao menos 82% das regras para os benefícios fixados na reforma. Dois terços deles, portanto, seguem em falta.

Entre os recalcitrantes estão máquinas portuárias como as do Distrito Federal, Pernambuco, Rio de Janeiro capital e Belo Horizonte. A irresponsabilidade é concentrada, entretanto, nas cidades do interior — de 2.093 com regimes próprios, só 701 fizeram reformas amplas. Os dados evidenciam a força do lobby dos servidores, das metrópoles aos grotões. Nas negociações para a reforma de 2019, os militares, os estados e os municípios foram excluídos das mudanças, acusando-se que os entes federativos tomariam suas medidas para se adequar à nova Previdência.

A quase totalidade adotou a alíquota mínima de 14% para as contribuições do funcionalismo, o que é um mandamento constitucional.

Os ajustes para o controle da despesa, porém, foram negligenciados. As consequências são mais que conhecidas, a despeito do negociacionismo de tom ideológico que ainda degraça o debate sobre o tema. Com o aumento da longevidade e o envelhecimento da população, as despesas com aposentadorias e pensões crescem continuamente e tomam o espaço orçamentário de prioridades como educação, saúde e segurança públicas.

Não é coincidência que, passados os impactos do generoso socorro financeiro recebido na pandemia e do salto da arrecadação após a crise sanitária, os municípios tenham mais uma vez mergulhado em crise financeira. Depois de um extraordinário superávit fiscal de R\$ 15,9 bilhões em 2022, excluídos da conta os gastos com juros, o conjunto das prefeituras amargou um déficit de R\$ 12,5 bilhões nos 12 meses encerrados em novembro do ano passado.

Como a esmagadora maioria delas não tem acesso a crédito, o rombo ameaça diretamente a prestação de serviços à população. A saída, em geral, é fazer pressão política por ajuda da União.

Destas vezes, ao menos, foi apresentada uma proposta de emenda à Constituição que obriga os municípios a seguirem as regras previdenciárias federais. É um trase reconhecimento de que a política local falhou em equacionar a questão.

Mulheres a postos

Alegação do Exército de que fisiologia feminina impede atuação em combate carece de respaldo

Para o Exército brasileiro, a fisiologia feminina compromete o desempenho de mulheres, razão pela qual certos postos de combate devem permanecer fechados a elas. Esse arrazoado faz parte da documentação que o Exército apresentou à Advocacia Geral da União para embasar a posição do governo em ações diretas de inconstitucionalidade, em tramitação no Superior Tribunal Federal, que contestam o veto a mulheres em algumas posições nas Forças Armadas.

AAGU acolheu a orientação e se manifestou contra a ampla concessão de licença feminina para a carreira militar — sem mencionar a fisiologia. Contudo a experiência de nações da Otan e de outras como Austrália e Israel mostra que, de um modo geral, mulheres estão aptas a servir em funções de combate. Resalte-se que são países cujas tropas participaram de guerras, algo que os militares brasileiros felizmente não fazem há mais de um século. Ainda que se argumente que a força física é atributo essencial para determinadas posições, como tropas de assalto, vetar mulheres não constitui boa medida.

A seleção deve dar-se em bases individuais, não por categorias demográficas. É preciso estabelecer qual o nível de força necessário e

criar um teste físico para aferir. Nos EUA, esses exames seguem protocolos de modo que não apresentem vieses contra as candidatas. Em 2022, o país ocupava a segunda posição na taxa de mulheres em efetivo militar entre os membros da Otan, com 89% — perdia somente para a Hungria (26%). No Brasil, o índice atual é de 12%.

Outros argumentos contrários incluem a cossão da tropa, que seria menor em grupos mistos, e até os custos, como a criação de banheiros e dormitórios femininos a seguiram as regras previdenciárias federais. É um trase reconhecimento de que a política local falhou em equacionar a questão.

A presença feminina também exige combate firme à violência sexual, que costuma ser maior entre militares do que entre civis. Que fardados recorram à fisiologia das mulheres para negar-lhes acesso a certos postos é lamentável. Que a Advocacia Geral da União — de um governo que se diz progressista e inclusivo respalde o veto é algo que demanda explicação.



A África do Sul tem razão

Thiago Amparo

O fato de o Hamas ter cometido crimes brutais — o sequestro de civis israelenses, ainda em curso, é um deles — não exclui Israel de provar genocídio, tampouco autoriza o país a punir coletivamente Gaza. Dezoito mil mulheres e crianças foram mortas em Gaza, 1,9 dos 2,1 milhões de habitantes deslocado, a cada 12 minutos, uma criança é morta.

Se Israel quiser de fato que o Hamas fosse punido (como deveria sê-lo), aceitará a jurisdição do Tribunal Penal Internacional (TPI) e com ele cooperará — a única corte internacional hoje que poderia punir indivíduos, inclusive o Hamas. O fato de Israel não o fazer revela a hipocrisia que desdenha de qualquer supervisão internacional, enquanto reclama que ninguém pune o Hamas.

A África do Sul não é uma nova Irlanda irresponsável, embora os racistas de plantão queiram nos fazer crer que é. O país tem a melhor Constituição do mundo e um corpo de juristas de fazer inveja a qualquer um. As 84 páginas da petição sul-africana mostram que não se trata de amor

dosismos nem antissemitismo, que sempre deve ser combatido. A África do Sul começa se solidarizando com as vítimas israelenses do dia 7 de outubro, como deveria.

O país sabe que genocídio não é um exercício teórico: é política de morte e um crime. E tem razão em questionar por que Israel falha em prevenir genocídio e por que não pune quem o incita. Se a parte mais difícil de provar genocídio é demonstrar a sua intenção de destruir um grupo, a África do Sul lista fatos e atos de autoridades israelenses que a mostram. Ou Israel mentiu ou falou a verdade: nas duas hipóteses, deveria ser responsabilizado.

Perguntar se Israel está fazendo tudo ao seu alcance para prevenir que se mate ou deixe morrer palestinos não deveria ofendê-lo. O ato sul-africano é corajoso porque faz uso do sistema internacional construído para calar os países colonizados. A solução estrutural recaem em dois lados iguais em direito e dignidade. Como ninguém, a África do Sul sabe ver um apartheid quando há um.

A coroação de Donald Trump

Bruno Boghossian

Ron DeSantis gastou milhões de dólares para convencer os republicanos a indicar um candidato um pouco mais normal do que Donald Trump. Nikki Haley defendeu muitas das propostas do ex-presidente, mas disse que era hora de deixar o caso para trás. O primeiro foi mil do nas eleições alternativas. A segunda deve ter o mesmo destino.

Se a escolha de Trump como candidato em 2024 pareceria uma pegadinha e sua derrota em 2022 souo com um alerta, a providência indicou o ex-presidente para disputar a Casa Branca em 2024, com boas chances de vitória, com uma transformação decisiva da direita americana. Eleitores e elites do Partido Republicano e o extremismo trumpista sem olhar para trás. Mesmo políticos com credenciais firmes da direita — corte de despesas, revisão de gastos sociais, diplomacia linha-dura — passaram a ser encarados como opções tediosas em comparação com um personagem como Trump.

O ex-presidente instrumentalizou

rancores da população americana, divórcios culturais e um sentimento de abandono para mudar o eixo da discussão política no país. Com um misto de imprudência e arrogância, sustentou um discurso que nenhum outro candidato forte ousou sustentar e, assim, converteu o eleitorado que não havia outras alternativas.

A adesão de Trump como candidato único facilitou até mesmo uma epidemia de coquetaria deliberada em relação a seu passado golpista e suas pretensões autocráticas. Uma nova e competitiva candidatura de Trump prova que o deslocamento da direita registrado na última década em vários países do mundo não foi um episódio transitório e é capaz de sobreviver inclusive a derrotas eleitorais. Se o ex-presidente voltar à Casa Branca, esse movimento tem ainda mais chances de se tornar definitivo.

Porta afora, alegremente

Ruy Castro

"Vestido de Noiva" (1943), peça de Nelson Rodrigues, começa com o atropelamento da protagonista, a tentativa de salvá-la na mesa de cirurgia e sua morte. "Valsa nº 6" (1951) é o monólogo de uma menina morta. "A Falecida" (1953), a história de uma mulher que quer um enterro de luxo, com canoas de penacho. O romance-folhetim "Asfalto Selvagem" (1959), uma festa de mortes naturais, suicídios e assassinatos, sempre por amor.

Toda a obra de Nelson Rodrigues, em teatro, ficção ou crônica, é uma galeria de vítimas (algumas, porém, honestas), mulheres de luto, crianças-fantasma e figuras espectralizadas. Sua vida, aliás, foi definida pelo assassinato de seu irmão e consequente morte de seu pai. E ninguém esperava mais por Nelson.

Por isso, não me surpreende que, se tivessem de roubar algum dos três Nelsons de bronze no Rio (a estátua na praça preta Copacabana, o busto na sede do Fluminense e outro sobre seu túmulo no Cemitério São João Batista), o escolhido seria esse último. Foi o que aconteceu na madrugada de sábado (20). A escultura, mostrando-o ao seu instrumento, a máquina de escrever, estava ali plantada desde sua morte, em 1980.

Pelo visto, não tão bem plantada. Pela facilidade com que a tiraram da base e, apesar de seus 45 quilos, saíram com ela alegremente porta afora, parece obra de profissionais.

As contradições dos olhos da estátua de Carlos Drummond de Andrade, repetidamente furtados por gente de fora para exibir em seus bueiros ("Olha a lembrança de Carlos Drummond de Andrade", o busto de Nelson terá sido levado) por locais, para ser derretido.

Por isso, não me surpreende que, se tivessem de roubar algum dos três Nelsons de bronze no Rio (a estátua na praça preta Copacabana, o busto na sede do Fluminense e outro sobre seu túmulo no Cemitério São João Batista), o escolhido seria esse último. Foi o que aconteceu na madrugada de sábado (20). A escultura, mostrando-o ao seu instrumento, a máquina de escrever, estava ali plantada desde sua morte, em 1980.

Pelo visto, não tão bem plantada. Pela facilidade com que a tiraram da base e, apesar de seus 45 quilos, saíram com ela alegremente porta afora, parece obra de profissionais.

As contradições dos olhos da estátua de Carlos Drummond de Andrade, repetidamente furtados por gente de fora para exibir em seus bueiros ("Olha a lembrança de Carlos Drummond de Andrade", o busto de Nelson terá sido levado) por locais, para ser derretido.

Por isso, não me surpreende que, se tivessem de roubar algum dos três Nelsons de bronze no Rio (a estátua na praça preta Copacabana, o busto na sede do Fluminense e outro sobre seu túmulo no Cemitério São João Batista), o escolhido seria esse último. Foi o que aconteceu na madrugada de sábado (20). A escultura, mostrando-o ao seu instrumento, a máquina de escrever, estava ali plantada desde sua morte, em 1980.

O que ele não poderia dizer

Maria Hermínia Tavares

Pesquisadora da Cebria e professora aposentada da USP
 porre de quíntis

Em toda parte, a radicalização sempre foi um empreendimento das lideranças políticas, gerido por seus seguidores mais ativos. No Brasil, desde as eleições de 2014, a disputa pelo poder se encorpou. O impeachment de Dilma Rousseff e o terremoto no campo da direita que culminou com a eleição de Jair Bolsonaro só fizeram nutrir a radicalização de posições. No governo, o ex-capitão dedicou-se a cecá-la.

O resultado do pleito de 2022 e a derrota da intempesto do R/I sustentam a crença confortável de que tudo aquilo foi parir na proverbial lata de lixo da história.

Um governo de amplíssima coalizão, chefiado por um grande negociador, parece ter sucesso em atrair as forças da direita mais pragmática. O apoio significativo do público sustenta os esforços de pacificação. Contudo, seu êxito exige, de um lado, isolar a extrema-direita adepta do autoritarismo; de outro, educar para a tolerância uma parcela da esquerda que se quer democrática, mas, na hora dos votos, vive é refratária.

Aqui, a clivagem da retórica radicalizada define-se em quatro pontos. Alguns são velhos frequentadores do repertório da direita, como corrupção política e segurança pública. Outros são de incorporação mais recente, como os valores que guiam comportamentos privados e — quem dirá! — até assuntos de política externa. Cuba e Venezuela tornaram-se escalas inevitáveis no debate polarizado que agita especialmente os guerrilheiros das redes sociais, de todos os lados do espectro. Mesmo que sejam temas de escassa importância na agenda externa do país.

O conflito Israel-Palestina transformou-se em novo marco por onde passa a linha de fogo que, entre nós, separa os ativistas radicalizados dos dois campos. O debate é cheio de som e fúria, poucas luzes e relevância zero para o futuro do Oriente Médio. Tampouco deixa espaço para uma avaliação bem-informada do que está em jogo e das soluções que, talvez — apenas talvez — conduzam ao convívio civilizado entre dois povos que disputam a mesma terra.

Pois foi nesse ambiente abrasivo que se propagou a ideia de que o ex-deputado petista José Genoino defendeu o boicote a "empresas de judeus" pela guerra devastadora que Israel move aos palestinos de Gaza, em resposta ao massacre de civis judeus perpetrado pelo Hamas em outubro último.

Segundo a declaração, Genoino é racista, é até possível supor que a intenção fosse pregar o boicote a empresas israelenses. O difícil é entender por que um político experiente — de félica democracia alentejada — resolveu alimentar a intolerância que aviva a ideologia de ódio e beneficia a extrema direita.

Segundo a declaração, Genoino é racista, é até possível supor que a intenção fosse pregar o boicote a empresas israelenses. O difícil é entender por que um político experiente — de félica democracia alentejada — resolveu alimentar a intolerância que aviva a ideologia de ódio e beneficia a extrema direita.